O MITO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

Nelson Henrique dos Santos Lima

RESUMO

Este estudo analisa a expansão do capitalismo na Amazônia brasileira, tomando a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) como exemplo das contradições do sistema. A região, desde o século XX, foi alvo de políticas desenvolvimentistas que priorizaram a exploração de recursos naturais, subordinando populações tradicionais e ecossistemas à lógica capitalista. Apresenta-se uma investigação sob as obras de Karl Marx, David Harvey e Celso Furtado, para refletir sobre o laboratório do capitalismo e a Amazônia. Assim, faz-se uma análise crítica inicial sobre o conceito de expropriação de Marx, violentando terras e meios de subsistência, posteriormente, Belo Monte, refletindo a "acumulação por espoliação" de Harvey (2004) na contemporaneidade, e Celso Furtado (1974), mostrando que projetos como Belo Monte mascaram a dependência do Brasil ao sistema capitalista centralizado. A usina, vendida como "desenvolvimento sustentável", produz e reproduz relações de subordinação, excluindo populações locais e destruindo ecossistemas. O trabalho defende uma postura centrada à preservação ambiental e respeito às comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas.

Palavras-chave: Capitalismo; Amazônia; Belo Monte; desenvolvimento

ABSTRACT

This study analyzes the expansion of capitalism in the Brazilian Amazon, taking the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHEBM) as an example of the system's contradictions. Since the twentieth century, the region has been the target of developmental policies that prioritized the exploitation of natural resources, subordinating traditional populations and ecosystems to capitalist logic. An investigation is presented under the works of Karl Marx, David Harvey and Celso Furtado, to reflect on the laboratory of capitalism and the Amazon. Thus, an initial critical analysis of Marx's concept of expropriation is made, violating land and livelihoods, later Belo Monte, reflecting the

"accumulation by dispossession" of Harvey (2004) in contemporary times, and Celso Furtado (1974), showing that projects such as Belo Monte mask Brazil's dependence on the centralized capitalist system. The plant, sold as "sustainable development", produces and reproduces relations of subordination, excluding local populations and destroying ecosystems. The work defends a stance centered on environmental preservation and respect for traditional, indigenous, riverside communities.

Keywords: Capitalism; Amazon; Belo Monte; development

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como enfoque o desenvolvimento do sistema capitalista na Amazônia brasileira, mais precisamente na Amazonia Oriental, mostrando como ele explora os recursos naturais e o trabalho para gerar lucro, enquanto transfere e solidifica os custos à sociedade e ao meio ambiente, produzindo vulnerabilidades sociais e destruição ambiental. Nesse âmbito, o estudo, analisa a dinâmica das políticas do modelo de desenvolvimento adotada no Brasil para a região Amazônica, exclusivamente no Estado do Pará, durante o século XX, considerado um período propulsor de processos interligados a grandes movimentos de integração ao Norte do Brasil, direcionados a um "progresso" de desenvolvimento a essa região, atrelada de um resultado que "traria" o crescimento econômico nacional que, contrariamente, não somente marcou violentamente a região, como também, evidenciou agressivamente uma lógica de acumulação capitalista moderna, obscurecendo a vida e a natureza, com exemplo claro, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Nesse sentido, a Amazônia, como a maior floresta tropical do mundo, com biomas únicos e uma biodiversidade deslumbrante, está diretamente exposta às frias e afiadas manifestações do poder e domínios do capital. Assim, reflete a mais pura essência do capitalismo, que, como uma força metamórfica, se adapta e se expande, muitas vezes através da violência e da destruição. Dessa forma, como enfatiza Marx (2013, p. 533), "A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica", e na região Amazônica, tal fenômeno é violentamente observado desde eras coloniais, carregado de heranças moldadas pelo capital, que assolam a introdução e a dolorosa nascença de uma 'nova sociedade' em detrimento do fim da 'velha'. Nesse cenário, a região Norte do Brasil, se destaca como tema central do trabalho, a instalação de Belo Monte, representando um caso emblemático e de grande escala a metamorfose do capital, articulados ao desenvolvimento nacional, que promove e revela contradições ao modelo vigente.

Assim, a engrenagem do trabalho se estabelece a partir da ocupação da Amazonia, ligada a projetos de Estado que visavam integrar a região ao restante do país e ao mercado global. No século XX, essa integração foi acelerada por políticas de desenvolvimento que priorizavam a exploração de recursos naturais e a construção de infraestrutura em larga escala. Rodovias como a Transamazônica, hidrelétricas como Tucuruí e projetos de colonização foram justificados como necessários para o "progresso" nacional. No entanto, esses projetos raramente beneficiaram as populações locais. Pelo contrário, eles serviram para fixar uma estrutura capitalista que transformou a Amazônia conforme sua enorme área, em uma grande fonte de recursos para o capital nacional e internacional, enquanto marginalizava indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Nesse interim, a construção da Usina de Belo Monte, iniciada no século XX, é a continuação desse projeto no século XXI. Apesar de ser anunciada como a maior usina hidrelétrica 100% brasileira e a terceira no mundo, o projeto reflete a mesma lógica de exploração e exclusão que marcou a ocupação da Amazônia desde seus primórdios. A usina foi planejada para atender a demandas energéticas de grandes indústrias e beneficiar grandes mercados globais, enquanto as comunidades locais foram deslocadas, seus modos de vida destruídos e o meio ambiente profundamente impactado, e até mesmo extinguido. Belo Monte é, portanto, um símbolo do mito do desenvolvimento: um projeto que promete progresso, mas gera desigualdade, dependência e destruição.

Contudo, para compreender essa realidade, é fundamental recorrer às contribuições de Karl Marx (1867), David Harvey (2004), Celso Furtado (1974), pensadores que oferecem ferramentas teóricas poderosas para analisar as dinâmicas do capitalismo, a transformação do espaço geográfico, as raízes do subdesenvolvimento e os impactos da globalização. Essas bases teóricas que desvendam as contradições do capitalismo e suas consequências para a sociedade e o meio ambiente, fortalecem um arcabouço analítico relevante para o estudo, principalmente empreendimentos de grande magnitude, como Belo Monte.

Sendo assim, Karl Marx nos ajuda a entender como Belo Monte está inserida tanto no processo de acumulação primitiva quanto na reprodução ampliada do capital. A expropriação de terras e recursos, necessária para a construção da usina, reflete a lógica da acumulação primitiva, onde comunidades locais são deslocadas e o meio ambiente é transformado em mercadoria. Por outro lado, o funcionamento da usina, que gera energia para alimentar indústrias e mercados globais, permite a reprodução ampliada do capital, perpetuando e expandindo o sistema capitalista. Em seguida, temos David Harvey definindo um importante papel desempenhado pelo espaço geográfico como um elemento ativo na acumulação, mostrando como a reorganização do território para a construção da usina reflete uma dimensão mais ampla da acumulação primitiva, uma acumulação segundo ele, denominada "acumulação por espoliação".

Logo em seguida, introduz-se Celso Furtado com uma perspectiva intrínseca a essa análise, contribuindo relacionar Belo Monte a uma dominação de um “mito”, perpetuado a um cenário direto da presença marcante do papel de subordinação desenvolvido pelo Brasil, dentro do sistema capitalista.

Este estudo busca analisar os impactos da Usina de Belo Monte a partir das contribuições desses três pensadores, destacando como o projeto reflete as contradições do capitalismo, a dependência econômica e a violência contra populações tradicionais.

Assim, neste trabalho, as abordagens apresentam-se divididas em quatro partes principais, e claro, além da introdução. A primeira, denota a construção de Belo Monte e como ela se inseri no processo de acumulação de capital, com base nas ideias de Karl Marx, discutindo os interesses econômicos por trás do projeto e seus impactos sobre a natureza e o trabalho. Na segunda, utiliza-se as contribuições de David Harvey para analisar como a transformação do território na Amazônia reflete a lógica da espoliação, abordando a produção do espaço, a financeirização do projeto e os impactos sobre as comunidades locais. Na terceira parte, recorreremos a Celso Furtado para discutir como Belo Monte reflete a dependência do Brasil em relação a um modelo de desenvolvimento que beneficia principalmente as elites e os países centrais, enquanto perpetua o subdesenvolvimento das regiões periféricas.

Ao término, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão crítica das motivações envolvidas a construção da Usina de Belo Monte e das suas consequências da realidade enfrentada na Amazônia, ressaltando a necessidade de futuras pesquisas que explorem em profundidade a dinâmica do desenvolvimento capitalista na região. Esses estudos, devem levar em conta a essencialidade dos recursos naturais amazônicos, que são imprescindíveis para a vida no planeta, e analisar suas consequências em diversos segmentos, desde o econômico até o social. Somando-se isso, apontar caminhos para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável, que harmonize o crescimento econômico, zelando no funcionamento vital e verdadeiro frente a preservação ambiental, o bem-estar e o respeito às comunidades locais.

2. O CAPITAL E A SUA PRODUÇÃO FAVORÁVEL NA AMAZÔNIA: BELO MONTE

A Amazônia, carrega consigo desde os primeiros contatos coloniais, marcas profundas de uma história banhada por violência, exploração e resistência. A ocupação na Amazônia fora impulsionada por ciclos econômicos que transformaram a região, condicionando-a em uma fronteira de recursos, onde a natureza e as populações tradicionais não escaparam, e foram sistematicamente subjugadas e adentradas a uma lógica feroz capitalista, forjada em nome do "progresso" e do "desenvolvimento".

Dessa forma, períodos que remontam as transformações no território Amazônico, enfatizam os cortes cruéis das vidas e os modos de viver dos povos originários (comunidades tradicionais,

ribeirinhas e indígenas), assim como a mudança significativa da natureza e os seus significados. Da extração de borracha no século XIX, aos grandes projetos de infraestrutura do século XXI, a Amazônia presenciou os moldes do sistema capitalista e o seu desmantelamento pode ser enfatizado na 'expropriação', como Marx (2013), enfatiza o conceito de "acumulação primitiva"[1], mostrado em:

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 2013, p. 515).

Nesse sentindo, a assim chamada "acumulação primitiva", revela uma lógica direta do sistema capitalista, ao modo necessário de operar e de se tornar "vivo", implantando fundamentalmente esse agônico conceito de 'separação' na realidade, de expropriação e reapropriação de terras, florestas e águas, por exemplo. Inerentemente ligados a muitos processos históricos, que ao passar dos anos, tornou-se violentamente mais intenso. Dessa maneira, os processos tornam-se mais agudos na contemporaneidade, pois, incorporado a acelerada da pressão do sistema capitalista, expropriando terras e recursos, adequando obrigatoriamente a uma lógica escorada pela violência, mirada ao capital (valor que se auto expande), resulta-se também, em uma reorganização violenta, simbólica e principalmente institucional, da transformação do espaço.

E nessa conjuntura, a imensa floresta Amazônica, servirá de base (mais uma vez), para um enorme e emblemático projeto chamado "Belo Monte", uma de muitas hidrelétricas, implantadas em solo Amazônico que, ordenado aos interesses institucionais e capitalista, atrelado para um desenvolvimento econômico, conseguiu formar um período de construção difícil, obscura e sofredora, e revelador de um cenário interno e externo de dependências[2]. Retornarei a esse assunto posteriormente.

Primeiramente, compreende-se na Amazônia brasileira, uma região que representa de forma única no planeta, um espaço natural de biodiversidade essências a toda vida, que abraçada pela comunidade cientifica, ainda representa uma figura do desconhecido e sensível. Contudo,

---

[1] Nesse primeiro momento, argumenta-se na obra "O capital: crítica da economia política : Livro I" (2013), a importância do conceito desenvolvido por Marx de 'Acumulação Primitiva', e posteriormente, abrangese esse conceito com as contribuições do geógrafo David Harvey, sob "O novo imperialismo" (2004), mostrando que atualmente surgem implicações sobre a 'acumulação primitiva', expressamente na sua colocação, tendo segundo como defende Marx, a 'expropriação' como um processo "primitivo", original, e de expansão da lógica de acumulação capitalista. No entanto, Harvey (2004), defende que esse processo dado como 'primitivo', na atualidade, é perpassado por uma lógica que se dá antes, que segundo ele, seria dado pela "desapropriação", que em essência, esse é o "pecado original" da "acumulação primitiva". Esse processo desenvolve-se claramente na instalação da UHE Belo, no próximo tópico.

[2] Celso Furtado, em "O mito do desenvolvimento" (1974), aborda a construção de um 'mito' e as suas relações e distanciamentos com as outras economias, centrais e periféricas, ao assentamento moderno da estrutura capitalista, de hegemonia e de homogeneização crescente e de forma mascarado.

especialmente no século XX, a partir dos anos de 1970, começava-se prematuramente estudos que visavam explora e dar acentuadamente uma era demonstrada por Marx de “sangue e fogo”.

Logo, na região Norte do Brasil, mais precisamente no sudoeste do estado do Pará, o capital se tornará a semente para grandes mudanças às esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, enraizando-se na floresta Amazônica, e reformulando o seu natural. Conforme Rodrigues (2012), enfatiza as primeiras ações iniciadas rumo ao estabelecimento hidrelétrico na Amazonia[3]:

> voltando-se à bacia Amazônica e, mais especificamente, à sub-bacia Xingu, observa-se que o complexo hidrelétrico *Kararaô*, como foi inicialmente conhecido [...], teve seu início em 1975 com os estudos realizados pela Eletronorte para avaliar o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio, concluído em 1980. (RODRIQUES, 2012, p. 397).

Desta forma, dada a viabilidade inicial dos estudos, começou-se ininterruptamente a desenvolver tentativas para instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), verberado por uma ‘essência’ de expropriação descomunal, dos meios de viver das comunidades locais e ao meio natural. Fundida a esse processo histórico, é dada também a participação assídua do uso da violência do Estado, no tocante de viabilizar planejamentos para financiamentos de construções que possibilitariam o crescimento econômico nacional, e a integração da Amazônia (momento direcionada essencialmente como um atrativo ao plano nacional), engendradas por atividades agrícolas, por exemplo. Ora, um ato que evidencia a falta de sensibilidade do Estado frente à Nação. Esse momento, liga-se principalmente na criação do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, que conforme Santana (2009, p. 3), representa:

> uma efetiva ação do Estado para incorporar o “vazio” amazônico aos centros desenvolvidos do Brasil. A análise da construção da BR-163 pode contribuir para compreender alguns aspectos desse processo. A começar pelo que foi denominado de “vazio”. Esse “vazio”, ao qual os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos. A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema “ocupar para não entregar”, como se aquela imensa região fosse um “vazio demográfico. (Santana 2009, p. 3).

Nesse primeiro momento, a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo histórico de estruturas arcaicas de uma acumulação primitiva que, conforme analisado por Marx, estrutura-se pela expropriação violenta de terras e meios de subsistência. Ainda, Marx (1867) destaca que a acumulação primitiva é o "processo histórico de

[3] É um nome que inicialmente a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás denominou, no entanto durante o projeto e manifestações contra, mudou-se o nome o qual tinha origem indígena kayapó que significa "grito de guerra", ficando Belo Monte.

separação entre o produtor e os meios de produção" (MARX, 2013, p. 515), algo que é evidenciado na Amazônia pela destruição de modos de vida tradicionais para integrar o território à lógica capitalista.

No tocante a isso, Belo Monte exala um estado para além acumulação primitiva, uma acumulação desenvolvida por espoliações, descomunal e que não se limita à terra, mas alcança o próprio meio natural, convertendo em mercadoria para alimentar o crescimento econômico nacional. Essa dinâmica reflete o que Marx chama de *"violência como parteira da história",* já que o Estado brasileiro, desde o período militar, atuou como agente de legitimação da acumulação, usando sua força para suprimir resistências e garantir a viabilidade de projetos como o PIN (Programa de Integração Nacional).

3. O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO UM ELEMENTO ATIVO NA ACUMULAÇÃO

Nessa parte, analisaremos como o território da Amazônia, durante o século XX e XXI, evidencia a presença de um renascimento mais amplo da "acumulação primitiva", conceito construído por Marx (1867), e reflete na atualidade o processo de "acumulação por espoliação", defendido pelo geografo David Harvey na obra "O novo imperialismo" (2004), investigando também, o processo de produção do espaço, colocando Belo Monte no centro, para tratar dessa produção e reprodução violenta do sistema capitalista.

Desse modo, conforme Marx (1867), se referia à 'acumulação primitiva' como a 'separação dos produtores diretos de seus meios de produção', perpetuando assim, a representação básica capitalista, de criação contínua de uma classe proletária e a geração concentrada de riqueza, Harvey (2004), percebe que na modernidade capitalista, a 'acumulação primitiva' manifesta-se de forma arcaica e diferente. Conforme Harvey (2004, p. 135) define que, "A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto", significando que nesse jogo capitalista, vai funcionar práticas mais sofisticadas e podendo dizer, mais silenciosas ao seu mecanismo de expansão.

Assim, Harvey (2004), define aspectos e ações embasadas das "faces" avançadas do capitalismo na contemporaneidade como:

> Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições inteiras, mesmo nos países capitalista avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundo de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações - tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2004, p. 123).

Essa forma de operar, revela que na modernidade o capitalismo assume outras maneiras de agir. Harvey (2004, p. 119), fundamenta seus passos como:

> […] o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira.

Nesse viés, a formulação de Harvey (2004), condiz que atualidade, o capitalismo produza "externalidade" para a sua expansão, evidenciando um aspecto que difere da acumulação primitiva a acumulação por espoliação. Esse processo, dado esclarece a forma com o qual o capital se adapta e manifesta, a toda hora 'forçosamente', sua evolução e expansão. Sendo assim, Harvey (2016), enfatiza:

> O capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução e subsequente evolução. Não há nada de estranho ou antinatural nisso: afinal, se formigas fazem isso, se castores fazem isso, por que o capital não faria? Contudo, a paisagem geográfica do capitalismo é perpetuamente instável em razão das várias pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam num mundo de variações naturais extremamente mutáveis. (HARVEY, 2016, cap. 11).

Nesse âmbito, sob a realidade Norte do Brasil, na Amazônia, a construção da UHE Belo Monte, implementada fiel e incansavelmente pelo Estado, fundamentado por um ideal de crescimento econômico nacional, aparelhada pelos grandes projetos desenvolvimentista, refletem esse mecanismo espoliativo de desapropriação e (re)produção em um ambiente construído favoravelmente ao favor do capital.

A remoção forçada de comunidades ribeirinhas e indígenas, a degradação ambiental (perdas irreparáveis da biodiversidade), a busca acima de tudo pelo lucro, por empresas como a Norte Energia, e também o Estado, configuram aspectos de operações no século XX, ainda mais violentos quanto a acumulação primitiva. Assim, a acumulação por espoliação na contemporaneidade, vale-se primordialmente de instrumentos jurídicos, financeiros e científicos para desapropriar territórios e recursos, ultrapassando fronteiras e pressionando o mundo, rumo ao um horizonte de danos irreversíveis.

A história de Belo Monte, desde os estudos de 1975 até sua concretização no século XXI, evidencia que a acumulação primitiva está sob um ônus de percepções não 'primitivos', mas na presença renascida da acumulação por espoliação. Onde, a presença determinante do Estado, por meio de órgãos como a Eletronorte e planos como o 2010, age como pilar do capitalismo, reproduzindo desigualdades e violências estruturais. Como sintetiza Marx, *"[..] o capital nasce escorrendo sangue*

e lama por todos os poros, da cabeça aos pés[4]*"* (MARX, 2013, p. 539) — e na Amazônia, esse sangue e lama são os rios represados, as florestas destruídas e os povos silenciados violentamente.

Ademais, as análises de David Harvey sobre a acumulação por desapropriação, promoveu um ótimo debate. No entanto, Furtado (1974), engradecerá o debate, pois, constrói e explana sob o caráter ideológico do desenvolvimentismo, que se apresenta mascarado e perpetuando relações de dependência às economias e países do mundo. Dessa forma, como Harvey (2004), revela que o capitalismo contemporâneo, recorre à espoliação. Na Amazônia, projetos como Belo Monte ilustram essa convergência: vendidos como "desenvolvimento sustentável", ocultam a financeirização da natureza e a desapropriação de comunidades.

4. O "DESENVOLVIMENTO" INSTRUMENTALIZADO PARA JUSTIFICAR

O processo de acumulação e de consumo, vivenciada no mundo e propagada exclusivamente pelo sistema capitalista, ao longo dos anos, tem-se mostrado na atualidade um horizonte de deformações. Assim, o mundo e especialmente o Brasil, durante os séculos XX e XIX, presenciou o reforçamento do aspecto fundamental do capitalismo como um modelo dominante, o de adaptação. Logo, Belo Monte, não é um evento isolado no mundo, mas uma tentativa de implementação padronizado na cadeia produtiva interna, conduzida por um ideal de desenvolvimento econômico centrado e estrategicamente global. Revelando um conjunto de preocupações, dos quais desenvolvem-se desigualdades, dependências e novas formas à geografia. Nesse âmbito, orienta-se na obra "*O Mito do Desenvolvimento"* (1974), do economista brasileiro Celso Furtado, para abordar o conceito de desenvolvimento e a trajetória dos países subdesenvolvidos em busca desse ideal.

A partir da perspectiva de Furtado, essa busca se revela um mito, uma construção ilusória que mascara as contradições do processo de modernização, especialmente no Brasil, no caso da Amazônia com Belo Monte.

Sendo assim, é pertinente analisar a passagem do processo de industrialização do Brasil, como um caso curioso e importante, ligado principalmente ao período do pós-guerra, e o assentamento das economias mundiais que, consequentemente, moldará os comportamentos decisivos e as relações entre os países no futuro. Deste modo, o caminho pelo qual o Brasil, e o seu desenvolvimento econômico historicamente foi desenvolvido, caracterizou-se por uma transição onde a sua economia era sistematicamente cafeeira.

---

[4] É enfatizado: "O Capital", diz o *Quarterly Reviewer,* "foge do tumulto e da contenda, e é tímido por natureza. Isso é muito certo, porém não é toda a verdade. O capital abomina a ausência do lucro, ou ao lucro muito pequeno, assim como a natureza o vácuo. Com um lucro adequado, o capital torna-se audaz. Com 10%, ele está seguro, e é possível aplicá-lo em qualquer parte; com 20%, torna-se impulsivo; com 50%, positivamente temerário; com 100%, pisoteará todas as leis humanas; com 300%, não há crime que não arrisque, mesmo sob o perigo da forca. Se tumulto e contenda trouxerem lucro, ele encorajará a ambos. A prova disso é o contrabando e o tráfico de escravos", T. J. Dunning, *Trade's Unions and Strikes*, cit., p. 35-6.

Conforme analisa Ricardo (1989, p. 501), essa transição constituiu-se:

> [...] entre meados do século XIX e meados do século XX, ou seja, nos períodos de expansão da economia cafeeira e de transição para a economia industrial. [...] O processo de industrialização é visto, então, como problemático porque efetuado com grande rapidez, sobre uma estrutura econômica atrasada.

Nesse ínterim, constrói-se os grandes mundos que, com aptidão e funcionalidades dada entre as economias constituintes nesse mundo, condicionam os tipos de comportamentos e os seus graus de influências, mostrados ao longo da História, por ações internalizadas aos interesses dominantes de países, concernidas para o seu aproveitamento mais íntimo. Tal momento, segundo Furtado (1974), trata-se do estabelecimento cêntrico e periférico de países e economias, os quais as suas relações concretizaram formas, em que:

> [...] caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre o centro e a periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população. (Furtado, 1974, p. 46).

Condizente a isso, é visível a participação dos países cêntricos ao processo de industrialização da periferia, das economias emergentes, como a realidade do Brasil, e bem como o seu fortalecimento ao passar dos anos. O modo pelo qual se assentou a hegemonia dessas economias cêntricas, frente as suas estruturas produtivas, e as disseminando de forma padronizado no mundo, liga-se proeminentemente, como o Brasil se insere nesse processo ao modernizar e integrar sua economia. A corrida rumo as construções das usinas hidrelétricas no território brasileiro carregam essa realidade.

Assim, tanto o Programa de Integração Nacional (PIN), cuja suas intenções visavam “ocupar” à Amazonia, não importando as vidas que estivem à frente, quanto o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, com a eletrificação massiva, e Belo Monte o símbolo de infraestrutura do século XXI.

Além disso, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), assumem uma postura com protagonismo feroz, ao impulsionar e implementar projetos de infraestrutura em diversas partes do mundo, um fomento ensurdecedor às indústrias e aos investimentos. Furtado (1974), manifesta esse ideal sobre:

> [...] a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população. (Furtado, 1974, p. 69).

Nesse ponto, extrai-se uma visão sob essa colocação de "orientação", de manifestar uma forma, um modelo e um padrão para se atingir, ou fazer parte de um grande centro já desenvolvido. É posto um caminho ao desenvolvimento. Entretanto, evidencia-se um ponto central na análise de Furtado (1974), que corresponde ao modo dado as relações e imposições dos países, e em especial, a tentativa real brasileira de explorar e ocupar à Amazônia, como o caso de Belo Monte, por haver uma universalização de um padrão, uma "moda" de exploração, representativa de uma consequência de se "elevar" aos países centros. Uma construção que segundo Furtado (1974, p. 22) simplifica e concretiza-se pela "concepção do desenvolvimento como uma sequência de fases necessárias [...]". Uma construção criticada por Celso Furtado, por generalizar uma diversidade de fatores, sociais, culturais e geográficos, aos modos em que os países cêntricos se desenvolveram e passaram principalmente o processo de industrialização, evidenciando-se o desenvolvimento econômico como *mito*, uma fantasia.

Dessa forma, Furtado (1974) caracteriza que:

> [...] o *Desenvolvimento econômico* - a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas,* no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (Furtado, 1974, p. 75).

Deste modo, a implantação e o planejamento da UHE Belo Monte, juntamente aos grandes projetos desenvolvimentistas para o crescimento econômico nacional, para o Norte do Brasil, representam a forma agressiva da universalização da estrutura capitalista, para o beneficiamento e propagação padronizada da lógica dos países centrais. Vale-se também, que os resultados dados a construção de Belo Monte, refletem consequências estabelecidas por Furtado, que suscitam emergências ao debate, sob o estado da Amazônia, pois segundo ele "em nossa civilização a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico" (Furtado, 1974, p. 19). Mas, a realidade é como Furtado (1974) enfatiza, a de:

> [...] desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (Furtado, 1974, p. 76).

Ao passo desse caminho universalizado rumo a um desenvolvimento fantasioso, onde constrói-se grandes obras e os seus danos tornam-se gradativamente irreversíveis ao mundo físico", como retrata bem Celso Furtado (1974). Belo Monte, torna-se símbolo da estrutura predatória do capitalismo contemporâneo, sob os recursos naturais do Norte do Brasil, na Amazônia, ao desenvolvimento de barbáries a sua integração e ao crescimento nacional.

5 CONCLUSÃO

Os desastres socioambientais e as crises globais tem se acentuado no decorrer dos anos, e é mostrado mais do nunca preocupante. Nessa conjectura, evidenciam a urgência de uma crítica profunda ao sistema capitalista. A análise de projetos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, à luz das teorias de Karl Marx, David Harvey e Celso Furtado, revela como o capitalismo segue uma lógica de expansão no espaço e tempo, acima da vida e do meio ambiente, gerando desigualdades, exclusão social e degradação ambiental.

O desenvolvimento atual, tal como vemos em projetos como Belo Monte, emanam uma posição alarmante das ações cruéis do capital no tempo e no espaço, isto é, a implantação desse gigante modelo desenvolvimentista, não remontam um único período e governos, ele atravessa e se repete no espaço e tempo, tem-se a história para provar, e em paralelos apresentam-se a UHE Tucuruí e Belo Monte. Um processo, marcado de lógicas no âmago do capital, constantemente em evolução e reprodução. Assim, enquanto grandes empresas e mercados globais se beneficiam da exploração de recursos naturais e da geração de energia, as comunidades locais sofrem com deslocamentos (muitos são forçados, e em muitos casos sem reparação), perda de modos de vida tradicionais e degradação ambiental. O rio Xingu, outrora um espaço de vida e subsistência para indígenas, ribeirinhos e quilombolas, foi transformado em um recurso energético. Essa transformação e "produção" do espaço geográfico reflete a lógica do capitalismo, criando e desenvolvendo um espaço "favorável à sua própria reprodução e subsequente evolução" Harvey (2016).

Além disso, o desenvolvimento atual está profundamente ligado à dependência econômica, como destacado por Celso Furtado. Projetos como Belo Monte reforçam a subordinação do Brasil a interesses externos, no tempo e no espaço, perpetuando um modelo de desenvolvimento que privilegia principalmente as elites e os países centrais, enquanto marginaliza as regiões periféricas, deixando-as, somente com a venda de uma propaganda barata de um sonho distante. Nesse interim, a energia gerada pela usina não é destinada prioritariamente ao consumo interno, mas sim a setores como a indústria de alumínio, que produz para o mercado global. Isso mostra como o desenvolvimento atual está longe de ser inclusivo ou sustentável.

Este trabalho reforça a importância de estudos que acompanhem a atuação do capital, essencialmente sobre os recursos naturais, e a participação do Estado, como mostrado em projetos, como Belo Monte, do qual, a construção e a operação seguem a gerar impactos sociais e ambientais que precisam ser monitorados e analisados criticamente. No tocante, argumenta-se para uma reflexão crítica sobre os modelos de desenvolvimento adotados, tanto na realidade implacável dos grandes projetos no Norte do Brasil, à promoção socioeconômico nacional, como os seus crescentes resultados negativos aos povos tradicionais e a floresta Amazônica, bem como as tentativas na

contemporaneidade frente aos recursos naturais não renováveis, destacando aqui o petróleo. Dessa forma, deve-se lembrar sempre que, o capitalismo pode ser desastroso, mas a busca por alternativas é possível e essencial para um futuro mais justo, equilibrado, e verdadeiramente sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. M. V; PINTO, K. J.; MENDES, F. O. **A Usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. n. 6, Macapá: 2014. p. 43-51.

BIELSCHOWSKY, RICARDO. **Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino: Revista de Economia Política**, vol. 09, nº 4(1989), pp. 489506.

CRISPIM, C. N. S. **Tradição e capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

FURTADO, Celso. **"Características Gerais da Economia Brasileira", Revista Brasileira de Economia,** Rio de Janeiro, 1950, 4(1):7-38.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1974.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. HARVEY,

David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II: O processo de circulação do capital**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: O processo global da produção capitalista**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

RODRIGUES, E. B. **Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTANA, A. B. A BR-163: **"ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, UFC**: Fortaleza, 2009.